

## PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: AS ATRIBUIÇÕES DO VEREADOR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

Gabrielle de Aquino Andrade<sup>1</sup>  
Diego Avelino Milhomens Nogueira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo aborda o papel crucial do Poder Legislativo Municipal e dos vereadores nas políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos sociais. Explora como os vereadores exercem funções legislativas, representativas e de fiscalização para assegurar a implementação eficaz e inclusiva de programas sociais. Analisa a capacidade dos vereadores de traduzir demandas da comunidade em leis municipais, bem como sua responsabilidade em monitorar a atuação do Executivo, promovendo transparência e eficiência na alocação de recursos. O artigo destaca a relevância da atuação dos vereadores na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde os direitos sociais são protegidos e fortalecidos através de ações legislativas e de representação comprometidas.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo Municipal. Vereador. Políticas Públicas. Direitos Sociais. Representação e Fiscalização.

**ABSTRACT:** The article addresses the crucial role of the Municipal Legislative Power and councilors in public policies aimed at guaranteeing social rights. Explores how councilors exercise legislative, representative, and oversight functions to ensure effective and inclusive implementation of social programs. It analyzes the ability of councilors to translate community demands into municipal laws, as well as their responsibility to monitor the Executive's performance, promoting transparency and efficiency in the allocation of resources. The article highlights the relevance of the role of councilors in promoting a more just and egalitarian society, where social rights are protected and strengthened through legislative actions and committed representation.

1570

**Keywords:** Municipal Legislative Power. City councilor. Public policy. Social rights. Representation and Supervision.

### INTRODUÇÃO

O Poder Legislativo Municipal, composto pelos vereadores, pode ser considerado um dos pilares fundamentais da democracia representativa no que tange no nível municipal. Visto que, os vereadores são eleitos pela população para representar seus interesses e necessidades no âmbito da administração pública mais próxima do cidadão: o município. No

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de Direito da Universidade de Gurupi- UNIRG.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito pela Universidade de Gurupi- Unirg. Pós-graduado em Advocacia Pública Municipal. Pós-graduado em Licitações e Contratos Administrativos Municipais. Pós-graduado pela Faculdade UNINA. Procurador Municipal efetivo. Procurador Geral Adjunto. Professor Universitário.

que tange as políticas públicas de garantia dos direitos sociais, os vereadores desempenham um papel essencial ao levar as demandas da sociedade em propostas legislativas que visam melhorar as condições de vida e promover a igualdade.

Nesse sentido, dentre as atribuições dos vereadores, destaca-se a função de legislar, ou seja, elaborar leis municipais que abordem temas relacionados à educação, saúde, assistência social, moradia, trabalho e outros aspectos que impactam diretamente a qualidade de vida da população local. Através da formulação de leis, os vereadores podem estabelecer diretrizes que orientem a atuação do poder público na promoção dos direitos sociais, assim como garantir a proteção dos cidadãos em situações de vulnerabilidade.

Assim, no contexto municipal, tais figuras legislativas desempenham um papel crucial ao representar os interesses e necessidades da comunidade local, atuando como intermediários entre os cidadãos e as leis. Suas atribuições abrangem desde a formulação de leis até a fiscalização das ações do Executivo, com o objetivo de assegurar que as políticas voltadas para a promoção dos direitos sociais sejam eficazes, inclusivas e adequadas às demandas da população.

Neste contexto, o presente estudo irá explorar as principais funções e responsabilidades dos vereadores no âmbito das políticas públicas de garantia dos direitos sociais, destacando a importância de sua atuação para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, os vereadores também têm o dever de fiscalizar as ações do Poder Executivo municipal, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e transparente nas políticas voltadas para os direitos sociais. Essa função de fiscalização contribui para evitar desperdícios, desvios e garantir que os programas e serviços destinados à população alcancem os resultados esperados.

A representatividade atribuída aos vereadores também se reflete na sua capacidade de mobilizar a comunidade e dar voz aos grupos que muitas vezes são marginalizados ou excluídos do processo decisório. Ao atuarem como ponte entre a sociedade e a administração pública, os vereadores têm a oportunidade de promover a participação cidadã nas políticas públicas, tornando-as mais alinhadas com as necessidades reais da população.

Portanto, através de um estudo bibliográfico e descritivo, o presente artigo irá analisar as atribuições dos vereadores no contexto das políticas públicas de garantia dos direitos sociais que são de extrema relevância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Suas ações legislativas, de fiscalização e de representação contribuem para

moldar um ambiente onde os direitos fundamentais de cada cidadão são respeitados e promovidos, promovendo o bem-estar coletivo e o progresso local.

## 1. PODER LEGISLATIVO NO ÂMBITO MUNICIPAL

O princípio da separação de poderes, consagrado na Constituição de 1988, dispõe que o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário devem operar de forma independente, atuando como freios e contrapesos entre si. Tal isonomia constitucional assegura que nenhum poder concentre excessiva autoridade, evitando abusos e garantindo a proteção dos direitos individuais e coletivos. No mesmo pensamento:

O Poder Legislativo, cuja missão típica é a criação de leis para que possamos viver de forma pacífica em sociedade, está presente nos três níveis de poder do Estado Brasileiro. No município é representado pela Câmara, composta pelos vereadores, nos Estados tem as Assembleias Legislativas, espaço dos Deputados Estaduais e na União fica a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, onde atuam Deputados Federais e Senadores respectivamente. (BAZANI, 2021, p. 2)

No mesmo raciocínio, o Poder Legislativo, juntamente com o Executivo e o Judiciário, como forma fundamental do sistema democrático. Sua função principal é representar a vontade do povo e traduzi-la em legislações que atendam aos interesses e necessidades da sociedade. Ao proporcionar um espaço para o debate e a formulação de leis, o Poder Legislativo assegura que as decisões tomadas pelo governo sejam transparentes e legitimamente representativas, atendendo, portanto, as necessidades da sociedade.

1572

Em destaque, o Poder Legislativo é um dos pilares fundamentais para assegurar sistema democrático, isso porque desempenha um papel crucial na elaboração, revisão e aprovação das leis que regem uma nação. Além da elaboração de leis, o Poder Legislativo desempenha outras funções essenciais, incluindo a fiscalização do Executivo e a representação dos interesses da população. SANTOS (2015, p. 68):

O processo legislativo constitucional, garantidor dos direitos dos cidadãos em relação a uma produção democrática do direito, tirou das mãos dos governos absoluto ou autoritário, as atribuições exclusivas de exercício da atividade legislativa. Em sua concepção, como espécies normativas, o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções, conforme preceitua o artigo 59 da Constituição da República.

Através de comissões de investigação e audiências públicas, os legisladores podem monitorar a implementação das políticas governamentais, garantindo que estejam alinhadas com o interesse público e que os recursos sejam utilizados adequadamente. Portanto, o Poder Legislativo desempenha um papel crucial na organização e funcionamento do sistema

político de um país, sendo responsável por criar, revisar e aprovar leis que regulamentam diversos aspectos da vida em sociedade. (SANTOS, 2015)

No âmbito municipal, essa função ganha uma dimensão ainda mais próxima dos cidadãos, uma vez que lida diretamente com as necessidades e demandas das comunidades locais. Nesse sentido, destacando o papel dos vereadores na filtragem das demandas da sociedade através da elaboração de políticas públicas e na garantia dos direitos sociais. (BAZANI, 2021)

Ainda, em nível municipal, destaca-se que o Poder Legislativo é representado pela Câmara de Vereadores, cujos membros são eleitos diretamente pela população local. Esses vereadores atuam como intermediários entre a comunidade e o governo, traduzindo as preocupações e necessidades dos cidadãos em propostas legislativas. Essa representação direta é essencial para assegurar que as políticas públicas estejam alinhadas com a realidade local e atendam às demandas específicas de cada região. No pensamento de SANTOS (2015, p. 62):

Independente da denominação que são dadas às funções, o Poder Legislativo local se apresenta com o papel de representar os diversos segmentos e setores da sociedade com o fim de reproduzir a diversidade de interesses, valores e ideologia. Nesse contexto, além das tradicionais funções normativa, legislativa e julgadora, a Câmara Municipal exerce uma série de ações indispensáveis na interação com a sociedade como a prestação de informações de interesse público através dos meios de comunicação, TV, jornais, rádios e internet (função informativa) e a função de fiscalização permanente do Executivo nos termos do artigo 31 da Constituição da República associada à função de assessoramento que se expressa por meio de sugestões ao Prefeito através da indicação de obras, ações e serviços públicos, aprovadas em Plenário.

Uma das principais atribuições do Poder Legislativo Municipal é a elaboração de leis, nas quais possuem atribuição para legislar nas mais diversas áreas, incluindo educação, saúde, meio ambiente, urbanismo e direitos sociais. Os vereadores têm o dever de propor, debater e votar projetos de lei que tenham o potencial de impactar positivamente a vida dos municípios. Ao elaborar legislações voltadas para a garantia dos direitos sociais, os vereadores contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. (SARAIVA, 2019)

Além de sua função legislativa, os vereadores também exercem um papel fundamental na fiscalização das ações do Poder Executivo municipal. Eles têm o dever de monitorar como os recursos públicos são aplicados, garantindo que os programas e serviços destinados à população estejam sendo executados de forma eficiente e transparente. Essa fiscalização ativa contribui para evitar possíveis desvios e assegura que as políticas de

garantia dos direitos sociais sejam implementadas de maneira adequada. (REIS; NETO, 2013)

Em suma, o Poder Legislativo Municipal também desempenha um papel na promoção da participação cidadã. Através de audiências públicas, sessões abertas à população e outros mecanismos de interação, os vereadores podem envolver os munícipes no processo de formulação de políticas públicas. Para que, não apenas enriquece as discussões, mas também fortalece os laços entre os representantes eleitos e a comunidade, criando um ambiente mais participativo e democrático. (BUCCI, 2001)

O Poder Legislativo Municipal, desempenha um papel essencial na construção e implementação de políticas públicas de garantia dos direitos sociais. Sua função legislativa, de fiscalização e de representação é vital para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária no âmbito local. O engajamento ativo dos vereadores na formulação e no acompanhamento das políticas públicas contribui para o fortalecimento da democracia e para o bem-estar da população em nível municipal.

#### 1.1 AS COMPETÊNCIAS E AS ATRIBUIÇÕES DO VEREADOR

O vereador, como membro eleito do Poder Legislativo Municipal, desempenha um papel fundamental na representação dos interesses da população e na elaboração de políticas que impactam diretamente a comunidade local. Suas competências e atribuições são variadas e abrangem diferentes aspectos da vida municipal, visando garantir a melhoria da qualidade de vida e o atendimento das necessidades dos cidadãos. SANTOS (2015, p. 102)

1574

O desempenho da Câmara Municipal depende da atuação e do empenho dos vereadores. São eles os responsáveis pela elaboração, discussão e aprovação das leis de interesse local, Lei Orgânica, bem como, pelas leis que suprem a legislação federal e estadual e que estabelecem as diretrizes que serão observadas pelos Poderes Executivo e Legislativo e pela população em geral. Além de elaborar leis, organizar e administrar os serviços da casa legislativa, os vereadores fiscalizam o município, julgam o prefeito e os pares, e como representantes políticos intermediam interesses da população perante o Executivo.

Uma das principais competências do vereador é a função legislativa. Isso envolve a apresentação, discussão e votação de projetos de lei que abordam uma ampla gama de questões, desde educação, saúde e infraestrutura até meio ambiente, cultura e direitos sociais. Ao propor leis e regulamentos, os vereadores contribuem para a criação do arcabouço legal que orienta a convivência na comunidade, promovendo a justiça, a igualdade e o respeito aos direitos fundamentais.

Além da função legislativa, os vereadores também têm a atribuição de fiscalizar as ações do Poder Executivo Municipal. Isso implica monitorar como os recursos públicos estão sendo utilizados, verificar a implementação de políticas e programas e assegurar que o governo esteja atuando de forma transparente e eficaz. A fiscalização é uma ferramenta vital para evitar abusos de poder, desperdício de recursos e irregularidades administrativas. (SÖTHER, 2023)

Outra importante competência dos vereadores é a função de representação. Eles são os porta-vozes dos cidadãos no âmbito político, levando suas preocupações, demandas e sugestões para dentro do Legislativo. Essa função requer que os vereadores estejam em contato direto com a comunidade, ouvindo os eleitores, participando de reuniões, audiências públicas e eventos locais para compreender as necessidades reais da população. (ASSIS, 2015)

Os vereadores também têm a responsabilidade de propor emendas ao orçamento municipal, direcionando recursos para projetos e áreas que considerem prioritárias. Eles podem influenciar as decisões sobre investimentos em infraestrutura, educação, saúde, cultura e outros setores que afetam a vida cotidiana dos munícipes. (SANTOS, 2015)

É importante ressaltar que as competências e atribuições do vereador, primeiramente resguardadas na Constituição Federal, variam de acordo com a legislação vigente em cada país e município. No entanto, independentemente das particularidades, a atuação do vereador deve ser pautada pelo compromisso com o bem-estar da comunidade, a promoção da justiça social e a defesa dos direitos de todos os cidadãos. Ao exercer suas funções de legislar, fiscalizar e representar, os vereadores contribuem para a construção de um ambiente mais participativo, inclusivo e democrático em âmbito local. Conforme bem disciplina SILVA (2015, online):

A participação do Vereador nos trabalhos da Câmara Municipal confere a este agente político um papel duplo. Por um lado trata-se de um direito individual, resultante de sua investidura no mandato e, por outro, nada mais é senão um dever para com a coletividade que o elegeu e que por isso mesmo, o quer atuante em defesa dos interesses coletivos. Conforme se sabe, no sistema municipal, o vereador não pode administrar diretamente os interesses do município, mas indiretamente, votando leis e demais proposições ou apontando providências e fatos ao prefeito, através de indicações, para a solução administrativa mais adequada.

Além das competências já mencionadas, os vereadores também têm a responsabilidade de promover o diálogo entre os diversos setores da sociedade. Eles podem atuar como mediadores, facilitando a comunicação entre grupos com interesses diferentes e buscando soluções consensuais para questões complexas. Esse papel de articulação e construção de pontes é essencial para a construção de uma comunidade coesa e harmoniosa.

Outra função relevante dos vereadores é a de acompanhar a execução de programas e políticas públicas municipais. Isso inclui monitorar o impacto das medidas adotadas, avaliar se estão atingindo os objetivos propostos e identificar possíveis ajustes necessários. Essa atenção constante aos resultados das ações governamentais ajuda a garantir a eficácia das políticas implementadas. (KLERING, 2011)

Os vereadores também podem ser protagonistas na promoção da transparência e da participação cidadã. Ao disponibilizar informações sobre as atividades legislativas, realizar audiências públicas e incentivar o envolvimento dos cidadãos nos processos decisórios, os vereadores contribuem para uma gestão pública mais aberta e inclusiva, fortalecendo os laços entre governo e sociedade. Destaca-se, ASSIS (2015, p. 22):

A principal função de um vereador é a legislativa, ou seja, elaborar as leis que impactarão na vida dos cidadãos locais. A Constituição Federal de 1988 instituiu o rol de temas sobre os quais os legislativos federal, estaduais e municipais podem legislar e aqueles específicos de cada esfera de poder legiferante. [...] De certa maneira, a função legiferante municipal está dividida entre vereadores, prefeito e cidadãos. Todos esses atores podem apresentar projetos de lei. Destaca-se que algumas matérias são de competência exclusiva de um ou outro poder, cabendo aos vereadores, de maneira conjunta, deliberar sobre as proposições e, ao prefeito, sancionar ou vetar, total ou parcialmente, um projeto de lei.

Vale ressaltar que a atuação do vereador não se limita apenas à esfera local, mas também pode influenciar a política em âmbitos regionais e nacionais. Muitas vezes, as discussões e as experiências compartilhadas no âmbito municipal podem servir de inspiração para a formulação de políticas em outras esferas do governo. (SARAIVA, 2019)

1576

Em um cenário de complexas demandas sociais, desafios ambientais e transformações tecnológicas, a atuação proativa, ética e comprometida do vereador é fundamental para enfrentar esses desafios de forma eficaz. A interação contínua com os cidadãos, a análise cuidadosa das necessidades locais e a busca por soluções inovadoras são elementos-chave que moldam a atuação do vereador como um agente de mudança e progresso no contexto municipal. Portanto, a capacidade de conciliar suas competências e atribuições com uma visão holística das demandas da sociedade é essencial para uma representação verdadeiramente eficiente e relevante.

## 1.2 LEGISLATIVO MUNICIPAL E PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INICIATIVA PARLAMENTAR

A produção de políticas públicas de iniciativa parlamentar pelo Legislativo Municipal também desempenha um papel importante na diversificação das pautas políticas

e no estímulo ao debate sobre questões relevantes para a comunidade. Muitas vezes, as propostas de iniciativa parlamentar abordam temas que podem não ter recebido a devida atenção do Poder Executivo ou que ainda não foram contemplados em políticas públicas existentes. No mesmo raciocínio:

Políticas públicas são princípios norteadores da ação do Poder Público, e são diretrizes, procedimentos e regras que determinam as relações entre o Estado e os atores sociais a que se destinam as aplicações de recursos públicos e os benefícios sociais, concretizados em programas, financiamentos e leis que traduzem a natureza e as prioridades de determinado regime político (CUSTÓDIO e SABINO 2016, p. 154 apud TORRENS, 2013, p. 1).

Ao introduzir projetos de lei e medidas específicas, os vereadores podem criar um espaço para discutir assuntos que são importantes para grupos minoritários, comunidades marginalizadas ou setores da sociedade que podem ter sido negligenciados. Isso ajuda a garantir que a legislação seja mais abrangente e atenda a uma variedade de necessidades e perspectivas. (BUCCI, 2001, p. 21)

Um dos resultados do processo de democratização do Brasil foi o estabelecimento de uma nova organização política do Estado, com fundamento no princípio da descentralização política. Nesta nova organização política, o Município passa a ser reconhecido pela Constituição de 1988, como um dos membros da Federação ao lado da União, estados e Distrito Federal. O Município passou a ter uma maior capacidade política e econômica, para promover as políticas públicas de sua responsabilidade com a cooperação do Estado e da União, como saúde, educação, cultura, moradia, saneamento, transporte, assistência social, e meio ambiente

1577

A iniciativa parlamentar na produção de políticas públicas ocorre quando os vereadores propõem projetos de lei e medidas que visam resolver problemas, atender demandas ou promover mudanças em determinados aspectos da vida municipal. Essas propostas podem abranger uma ampla gama de temas, desde educação e saúde até transporte, meio ambiente e habitação.

Um dos principais benefícios da iniciativa parlamentar é a capacidade de responder rapidamente a questões emergentes ou demandas específicas da comunidade. Ao estarem em contato direto com os eleitores, os vereadores têm um entendimento aguçado das necessidades locais e podem agir de maneira ágil para propor soluções legislativas adequadas. (SARAIVA, 2019)

Além disso, a iniciativa parlamentar contribui para ampliar a participação democrática, uma vez que permite que os cidadãos tenham voz na elaboração de políticas públicas. Ao envolver a sociedade na discussão e no desenvolvimento de projetos de lei, os vereadores podem garantir que as políticas reflitam de forma mais precisa os interesses e as preocupações da população. Discorre CARDOSO e ROSALEM (2023, online):



[...] o papel do poder público municipal ainda é um sujeito ativo quando atua como intermediário das funções urbanas, porém, neste caso, essas funções serão desempenhadas indiretamente por meio de políticas públicas. Dentro dessa classificação, as atividades que indiretamente promovem a função dos espaços urbanos, respeitam e contribuem, são tomadas para permitir que as pessoas vivam, trabalhem, circulem e se recriem

No entanto, a produção de políticas públicas de iniciativa parlamentar também traz desafios. A complexidade dos problemas, a necessidade de pesquisa aprofundada e a busca por soluções viáveis demandam tempo e recursos significativos. Além disso, é fundamental que os vereadores considerem a constitucionalidade, a viabilidade financeira e a eficácia das propostas apresentadas.

Além disso, a produção de políticas públicas de iniciativa parlamentar pode ser uma maneira eficaz de inovar e testar abordagens diferentes para resolver problemas. Os vereadores podem buscar soluções criativas e experimentais para desafios locais, explorando novas estratégias que possam resultar em melhores resultados para a população.

É importante ressaltar que a produção de políticas públicas de iniciativa parlamentar não ocorre em um vácuo, mas em colaboração com outros poderes e órgãos governamentais. A cooperação entre o Legislativo e o Executivo é fundamental para a implementação bem-sucedida das políticas propostas. Isso envolve negociações, compromissos e ajustes para garantir que as propostas se alinhem com os recursos disponíveis e as prioridades governamentais. (SANTOS, 2015)

1578

Por fim, a produção de políticas públicas de iniciativa parlamentar também envolve uma dimensão educativa. Os vereadores podem aproveitar a oportunidade para conscientizar a população sobre questões importantes e promover a participação cívica. Por meio de audiências públicas, debates e divulgação de informações, os legisladores podem envolver os cidadãos no processo de formulação de políticas, incentivando um maior engajamento democrático. Assim, CUSTÓDIO e SABINO (2016, p. 5) ainda pontua os principais instrumentos de políticas públicas:

Entre todos os instrumentos por meio dos quais o Legislativo atua no campo das políticas públicas, os principais são os processos relativos ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), em razão do caráter periódico, estruturado e objetivo dessas leis, assim como pela sua condição de meio para formalizar as decisões estratégicas e para realizar as alocações de recursos.

Portanto, a produção de políticas públicas de iniciativa parlamentar pelo Legislativo Municipal é um componente essencial da democracia local. Ela amplia o espectro de temas discutidos, estimula o envolvimento cidadão, promove a representatividade e busca soluções

inovadoras para desafios comunitários. Ao unir esforços com outros setores e garantir a inclusão de múltiplas perspectivas, os vereadores contribuem para uma governança mais responsável e voltada para o bem-estar de todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de governança democrática, o Poder Legislativo Municipal e suas atribuições desempenham um papel central na concretização das políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos sociais. A atuação proativa e comprometida dos vereadores é um elo crucial na ponte que conecta as necessidades da comunidade às ações do governo local. Ao longo deste percurso, emergem considerações finais que ressaltam a importância dessa interação para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e equitativas.

A missão do vereador como representante da população vai além da mera criação de leis; é um compromisso em traduzir as aspirações dos cidadãos em ações concretas. A capacidade de ouvir, entender e refletir as necessidades da comunidade é alicerçada em uma comunicação constante e efetiva. Esse diálogo contínuo não apenas aprimora a qualidade das políticas propostas, mas também fortalece os laços entre governantes e governados.

A criação e implementação de políticas públicas de garantia dos direitos sociais requerem uma abordagem multidisciplinar e colaborativa. Os vereadores, ao utilizar sua posição para mobilizar a sociedade civil, especialistas e outros órgãos governamentais, contribuem para a formulação de estratégias mais robustas e holísticas. Essa parceria coletiva enriquece o processo decisório, resultando em políticas mais alinhadas com as necessidades reais da população.

A fiscalização rigorosa das políticas públicas é uma obrigação que os vereadores assumem em prol do bem-estar da comunidade. Ao assegurar a eficiência na alocação de recursos e a adequação das medidas implementadas, eles desempenham um papel fundamental na promoção da transparência e na prevenção de potenciais desvios. Isso contribui para uma gestão pública mais responsável e confiável.

Por fim, as considerações finais reafirmam que a atuação dos vereadores nas políticas públicas de garantia dos direitos sociais transcende a esfera legislativa. É um compromisso com a construção de um tecido social mais coeso e inclusivo. A coragem de enfrentar desafios, a determinação de buscar soluções inovadoras e a disposição de lutar pela igualdade de oportunidades consolidam a relevância do Poder Legislativo Municipal como um agente de mudança positiva.

O legado do Poder Legislativo Municipal, aliado às atribuições do vereador na formulação, implementação e fiscalização de políticas públicas de garantia dos direitos sociais, transcenderá as fronteiras do tempo, influenciando positivamente as gerações presentes e futuras. Ao manter um compromisso genuíno com a população, os vereadores se tornam protagonistas na construção de comunidades mais justas, inclusivas e prósperas, onde cada cidadão é valorizado e seus direitos são respeitados, assegurando assim um futuro promissor para todos

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZANI, Adriana Aparecida Oliveira. Legislativo municipal e políticas públicas. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 3, n. 2, 2021.

BUCCI, Maria Paula Dallari et alli. Direitos humanos e políticas públicas. São Paulo, Pólis, 2001. 60p. (Cadernos Pólis, 2)

CARDOSO, Iago José; Vagner ROSALEM, Gestão pública municipal no cumprimento das funções da cidade por meio de políticas públicas e controles sustentáveis. 2023. Disponível em: <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/116/75>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CUSTÓDIO, André Viana; SABINO, Elizandro Silva de Freitas. As atribuições do vereador nas políticas públicas de garantia dos direitos da criança e do adolescente em Porto Alegre. *Revista de informação legislativa: RIL*, v. 53, n. 210, p. 149-164, abr./jun. 2016. Disponível em: <[http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/210/ril\\_v53\\_n210\\_p149](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/210/ril_v53_n210_p149)>. Acesso em: 15 jul. 2023.

DE ASSIS, Wendell Lopes. Arquivos legislativos: a política pública arquivística em instituições legislativas municipais. 2015. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais.

KLERING, Luis Roque et al. Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea. **Análise-Revista de Administração da PUCRS**, v. 22, n. 1, 2011.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro; NETO, Wenceslau Gonçalves. Gestão de políticas públicas de cultura: o Poder Legislativo e as leis de proteção ao patrimônio cultural em Montes Claros, Minas Gerais: Management of public cultural policies: Legislative Power and laws to protect cultural heritage in Montes Claros, Minas Gerais. **Caminhos da História**, v. 18, n. 1, p. 27-50, 2013.

SILVA, Simone Koch da. A percepção dos Leopoldenses acerca das funções dos vereadores. 2015.

SANTOS, Flávio Geraldo Vieira dos. **O poder legislativo local como imperativo de controle, participação e de legitimidade democrática.** 2015. Tese de Doutorado.

SARAIVA, MARIA DE FATIMA PINTO. **O PODER LEGISLATIVO E SUA RELAÇÃO COM O GOVERNO MUNICIPAL: a importância do processo legislativo na formulação de políticas públicas no município de Exu-PE.** 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

SÖTHE, A.; SANTOS, A. B. dos . **SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL: ESTUDO MULTICASO. Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, IJUÍ - RS - BRASIL, v. 3, n. 1,** 2023. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/22894>. Acesso em: 5 ago. 2023.